

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
UFVJM

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Março de 2012

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
UFVJM**

Relatório de Gestão do exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011.

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

**Diamantina/MG,
Março de 2012**

República Federativa do Brasil

Presidenta: Dilma Vana Rousseff

Ministério da Educação

Ministro: Fernando Haddad

Secretaria de Educação Superior

Secretário: Luiz Cláudio Costa

Reitoria

Reitor: Pedro Angelo Almeida Abreu

Vice-Reitoria

Vice-Reitor: Donaldo Rosa Pires Júnior

Gabinete da Reitoria

Chefe: Fernando Borges Ramos

Órgãos de Deliberação Superior

CONSU e CONSEPE

Presidente: Pedro Angelo Almeida Abreu

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

Pró-Reitor: Herton Helder Rocha Pires

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Pró-Reitor: Ana Catarina Perez Dias

Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitor: Valter Andrade de Carvalho Júnior

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Alexandre Christófaros Silva

Pró-Reitoria de Administração

Pró-Reitora: Cynthia Regina Fonte Boa Pinto

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Pró-Reitor: José Geraldo das Graças

Sumário

1. Relatório de Gestão Individual – Conteúdo Geral	9
Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	9
1.1 Itens do Relatório de Gestão que não se aplicam à Unidade Jurisdicionada UFVJM, por se tratar de Instituição Federal de Ensino Superior:	11
2. Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010	12
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	12
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	13
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	16
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	16
Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	16
Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias	17
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	17
2.4.1 Programação de Despesas Correntes	17
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	17
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital	18
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas	19
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	20
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	22
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	22
2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação	22
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	22
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	24
2.4.2.1.2 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	25
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	25

2.4.2.2	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	27
2.4.2.2.1	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação....	27
	Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	27
2.4.2.2.2	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	28
	Quadros A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	28
2.4.2.2.3	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	29
	Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	29
2.5	Indicadores Institucionais Próprios da UJ.....	30
3.	Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.	31
3.1	Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	31
	Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	31
4.	Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.	32
4.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos	32
	Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011	32
	Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011	33
	Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro DE 2011).....	34
	Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011.....	35
	Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011.....	36
4.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	37
	Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro DE 2011	37
	Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011	38

4.3	Composição do Quadro de Estagiários	39
	Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários – 31/12/2011	39
4.4	Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	40
	Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	40
4.5	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	42
	Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	42
	Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....	43
	Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	43
	Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva:	43
	Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	46
	Quadro A.5.14 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	49
4.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	51
5.	Parte A, Item 6, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010.	53
5.1	Transferências de Recursos	53
6.	Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.	54
6.1	Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010	54
	Quadro A.7.1 – de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICON.....	54
7.	Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 28/11/2010.	55
7.1	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas	55
8.	Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.	56
8.1	Estrutura de controles internos da UJ	56

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ	56
9. Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.	58
9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	58
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	58
10. Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº108 de 24/11/2010.....	60
10.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	60
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	60
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	61
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	62
11. Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.....	63
11.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	63
Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ.....	63
12. Parte A, Item 13, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.....	65
12.1 Despesa com Cartão de Crédito Corporativo	65
Quadro A.13.1 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	65
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	65
13. Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.....	66
13.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício	66
Quadros A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	66
13.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	72
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	72
13.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	73
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	73
13.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	76

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	76
14. Parte A, Item 16, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.....	77
14.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício	77
QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO	77
14.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento	78
QUADRO A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	78
15. Parte A, Item 16, do Anexo II da DN TCU N.º 108 de 24/11/2010.....	79
15.1 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno	79
16. Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010	81
16.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa.....	81
Quadro B.1.1 - Declaração Plena do Contador	81
17. Parte B, Item 2, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010	82
17.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta	82
Quadro B.2.1 – Índices de Análise Vertical.....	82
Quadro B.2.2 – Maiores Variações em Termos Percentuais (2011 / 2010).....	83
Quadro B.2.3 – Maiores Diferenças em Reais (R\$) (2011 / 2010)	83
18. Parte C, item 7, do Anexo II da DN TCU N.º 108 de 24/11/2010.	84
18.1 Indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002 – plenário e modificações posteriores.....	84
Quadro C.7.1 - Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002	84
Quadro C.7.2 - Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002	84
19. Parte C, item 7, “b”, do Anexo II da DN TCU N.º 108 de 24/11/2010.....	85
19.1 Relação dos projetos desenvolvidos pelas fundações sob a égide da Lei nº 8.958/1994, discriminando o número do contrato ou do convênio, o objeto, o valor e a vigência, e, ainda, os recursos financeiros, materiais e humanos pertencentes à IFES envolvidos em cada projeto	85

Quadro C.7.2 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações	85
--	----

1. Relatório de Gestão Individual – Conteúdo Geral

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 460
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri			
Denominação abreviada: UFVJM			
Código SIORG: 460	Código LOA: 26255		Código SIAFI: 153036
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: 8030-6 EDUCAÇÃO SUPERIOR			Código CNAE: 8030-6
Telefones/Fax de contato:	(38) 3532-1200		
E-mail: reitoria@ufvjm.edu.br			
Página na Internet: http://www.ufvjm.edu.br			
Endereço Postal: Rua da Glória, nº 187 – Centro – Diamantina MG – CEP 39100-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Faculdade de Odontologia de Diamantina foi criada pela Lei Estadual nº 990/1953. Foi federalizada – Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina – pela Lei nº 3.846/1960. Pela Lei nº 10.487/2002 foi transformada em Faculdades Federais Integradas de Diamantina e, pela Lei nº 11.173, de 06 de setembro de 2005, em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, de 4 de setembro de 2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Resoluções do Conselho Universitário – CONSU e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, publicadas na página na internet da UJ			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
153036	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri		
150843	Reitoria/UFVJM		
150845	Pró-Reitoria de Administração/UFVJM		
150846	Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento/UFVJM		
150847	Pró-Reitoria de Graduação/UFVJM		
150848	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFVJM		
150849	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/UFVJM		
150850	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis/UFVJM		
150851	Faculdade de Ciências Agrárias/UFVJM		
150852	Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde/UFVJM		
150853	Faculdade de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas/UFVJM		
150854	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas/UFVJM		
151236	Faculdade de Ciências Humanas/UFVJM		
151237	Instituto de Ciência e Tecnologia/UFVJM		
151238	Instituto de Ciência Tecnologia Mucuri/UFVJM		
151239	Instituto de Humanidades/UFVJM		
151240	Programa de Apoio à Pós-Graduação PROAP/CAPES/UFVJM		
151280	PROAP Mestrado em Ciências Fisiológicas/UFVJM		
151281	PROAP Mestrado em Química/UFVJM		
151282	PROAP Mestrado em Zootecnia/UFVJM		

151283	PROAP Mestrado em Produção Vegetal/UFVJM
151286	Comissão Interna de Supervisão – CIS/UFVJM
151308	UNIAFRO/UFVJM
151622	Departamento de Ciências Básicas/UFVJM
151623	Departamento de Nutrição/UFVJM
151624	Departamento de Odontologia/UFVJM
151625	Departamento de Enfermagem/UFVJM
151626	Departamento de Fisioterapia/UFVJM
151627	Departamento de Ciências Biológicas/UFVJM
151628	Departamento de Farmácia/UFVJM
151629	Departamento de Educação Física/UFVJM
151630	Departamento de Química/UFVJM
151631	Departamento de Matemática/UFVJM
151632	Departamento de Computação/UFVJM
151633	Departamento de Agronomia/UFVJM
151634	Departamento de Engenharia Florestal/UFVJM
151635	Departamento de Zootecnia/UFVJM
151839	Pós-Graduação – Mestrado em Odontologia/UFVJM
151840	Pós-Graduação – Mestrado em Química/UFVJM
151848	PROAP Mestrado em Ciência Florestal/UFVJM
151942	Projeto Proletramento/UFVJM
151965	Biodiversidade e Conservação do Cerrado/UFVJM
151967	Ampliação das Condições de Acessibilidade/UFVJM
151972	Fomento ao Uso das Tecnologias de Comunicação/UFVJM
152119	Troca de Saberes entre os Vales e o Brasil/UFVJM
152309	Projetos PROEXT
152354	Departamento Interd. de Ciências Básicas
152355	Departamento Ciências Contábeis e Jurídicas
152356	Departamento de Administração
152357	Departamento de Ciências Exatas
152358	Departamento de Serviço Social
152359	Departamento de Ciências Econômicas
152382	Diretoria de Educação a Distância UAB/UFVJM
152436	INEP/COPES
152437	Procampo/Projeto
152584	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
152586	Divisão de Comunicação
152587	Auditoria Interna
152588	Departamento de Assuntos Estratégicos
152589	Assessoria de Assuntos Internacionais
152590	Assessoria Jurídica
152591	Departamento de Tecnologia da Informação
152592	Superintendência de Recursos Humanos
152593	Superintendência de Biblioteca
152661	Diretoria de Extensão DEX-UFVJM
152664	Projeto PIBID/Diversidade
152670	Centro de Inovação Tecnológica da UFVJM
152682	Bacharelado em Humanidades
152683	Bacharelado em Turismo
152689	Grupo Pesquisa Interd. Ciências Humanas
152690	Grupo Emergente Gestão Pública Inst. Educativa

152691	Grupo Emergente em Ciências Biológicas
152693	Mestrado Profissional Ensino em Saúde
152695	Mestrado em Ciências Farmacêuticas
152696	Grupo Emergente Ciência e Tecnologia Alimento
152697	Grupo Emergente em Biocombustíveis
158673	Campus Avançado do Mucuri
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
15243	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
--	--

1.1 Itens do Relatório de Gestão que não se aplicam à Unidade Jurisdicionada UFVJM, por se tratar de Instituição Federal de Ensino Superior:

- RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E DE GESTÃO AGREGADO
- QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO (VIDE PÁGINA 17)
- RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS
- INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO (NÃO HOUE)
- RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ
-
- COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA
- INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS
- EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO
- ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA
- ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELA UJ
- REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES
- CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS
- IMÓVEIS ALIENADOS EM 2010 EM CONSONÂNCIA COM O PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO – PND.

2. Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

A Faculdade de Odontologia de Diamantina foi criada por Lei Estadual em 1953. Foi federalizada – Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina – em 1960. Pela Lei nº 10.487/2002 foi transformada em Faculdades Federais Integradas de Diamantina e, pela Lei nº 11.173, de 06 de setembro de 2005, em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM.

Os objetivos e finalidades institucionais estão descritos no Estatuto da UFVJM, de 04 de setembro de 2009. A UFVJM, comunidade de docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo, tem por objetivos precípuos preservar, elaborar, desenvolver, cultivar e disseminar o saber em suas várias formas de conhecimento, puro e aplicado.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI encontra-se em fase final de homologação pelo Conselho Universitário, com apresentação prevista para meados do ano de 2012.

A UFVJM tem como missão produzir e disseminar o conhecimento e a inovação integrando o ensino, a pesquisa e a extensão como propulsores do desenvolvimento regional e nacional.

As atividades principais são conduzidas pelas Pró-Reitorias, ligadas diretamente à Reitoria: Pró-Reitoria de Graduação-PROGRAD, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação-PRPPG, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura-PROEXC, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis-PROACE, Pró-Reitoria de Administração-PROAD e Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento-PROPLAN.

Há ainda a condução da política acadêmica e administrativa pelas Diretorias das Faculdades e Institutos, Superintendências e Assessorias, que juntamente com as Pró-Reitorias, buscam o adequado funcionamento dos cursos e a efetiva implantação das ações e dos cursos previstos.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Política para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Para atingir sua missão, metas e objetivos, as ações da UFVJM guiam-se pelo Estatuto e, em breve, pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM.

No plano do Ensino, destacam-se a realização de Seminários de Formação Pedagógica Docente e a contratação de Técnicos em Assuntos Educacionais, fortalecendo a estrutura de apoio pedagógico.

Há ainda o permanente desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA, o considerável aumento de bolsas para os programas de assistência estudantil, o incentivo e o crescimento das atividades de pesquisa e extensão, e o anseio em interiorizar suas ações nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, através da Educação a Distância – EaD e atividades de pesquisa e extensão.

A PRPPG vem nos últimos anos adotando a política de incentivo aos grupos de pesquisa consolidados da UFVJM e aos grupos com potencial para proposição de novos programas de pós-graduação stricto sensu, denominados grupos emergentes. O incentivo passa por distribuição de recursos financeiros para aquisição de equipamentos e material de consumo para o desenvolvimento da pesquisa, apoio financeiro a tradução de artigos científicos, compra de equipamentos de grande porte e multiusuários e a construção de espaço físico para o desenvolvimento de pesquisas.

A PROEXC tem vivenciado um intenso processo de expansão e de maturidade das Ações de Extensão e Cultura da UFVJM. Foi instituída a Política de Extensão da UFVJM, construída no Conselho de Extensão e Cultura e aprovada no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Em relação à Cultura, a PROEXC vem buscando articular parcerias com instituições e grupos no sentido de promover a integração e o intercâmbio cultural da comunidade universitária com manifestações das cidades onde se localizam os campi da UFVJM e com as populações dos Vales.

A Responsabilidade Social

Consciente de sua missão e responsabilidade social, a UFVJM busca em seu processo de avaliação encontrar os elementos necessários para aperfeiçoar a sua atuação, objetivando o atendimento a sua comunidade acadêmica e a região onde se encontra inserida. Um processo contínuo por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre sua realidade.

A Comunicação com a Sociedade

A UFVJM adota o conceito de Comunicação Integrada a fim de promover a imagem da instituição para os seus vários públicos, adotando um Plano de Comunicação que esclareça a importância de um planejamento correto nesta área para a Universidade.

Consolidar e ampliar a imagem da UFVJM, enquanto instituição de grande importância no cenário regional e nacional, assim como de seus dirigentes, professores, alunos e técnico-administrativos, todos preparados para enfrentar um mercado cada vez mais competitivo; utilizando como base a qualidade dos serviços prestados à comunidade, além do gabarito das pessoas aqui representadas.

Organização e Gestão da Instituição

De acordo com o organograma da UFVJM, na instância superior de decisões estão os seus órgãos colegiados, com funções deliberativas ou de coordenação. Com alçada deliberativa máxima aparece o Conselho Universitário (CONSU), exercendo a jurisdição superior da Universidade. Como órgão deliberativo, normativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão vem o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). O Conselho de Curadores é o órgão superior de supervisão das atividades de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial.

A Reitoria, como órgão de direção superior, reúne o conjunto de funções e respectivas alçadas decisórias da administração central da UFVJM, apresentando o seguinte desdobramento funcional: Vice-Reitoria, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento e Pró-Reitoria de Administração. Os órgãos da estrutura acadêmica da UFVJM são suas Faculdades e Institutos, que são organizados na sua maioria por departamentos.

Infraestrutura Física

A UFVJM desenvolve suas atividades em três campi universitários: o Campus I abriga a sua sede e está localizado no Centro Histórico da cidade de Diamantina (MG), microrregião do Alto Jequitinhonha; o Campus JK está situado na margem da rodovia BR-367 no local denominado Serra dos Cristais a sete quilômetros do centro de Diamantina; o Campus Avançado do Mucuri está situado em Teófilo Otoni (MG), no Vale do Rio Mucuri. Além desses campi, a UFVJM disponibiliza à sua Faculdade de Ciências Agrárias a Fazenda Experimental do Moura, situada no município de Curvelo (MG), a 130 quilômetros de sua sede.

Política de Atendimento aos Discentes

A política de atendimento e assistência estudantil é realizada pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) e tem por finalidade propor, planejar e executar ações de assistência e promoção social, bem como de saúde, dirigidas à comunidade acadêmica. A PROACE é organizada em duas diretorias: Diretoria de Assuntos Estudantis e Diretoria de Assuntos Comunitários.

Sustentabilidade Financeira

O montante do orçamento para o ensino superior a ser alocado à UFVJM dependerá de critérios relativos a quantidade de alunos matriculados e a parâmetros de produtividade.

Dois anos após a UFVJM ter sido alçada ao status de Universidade Federal, foi instituído, em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o propósito de ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Certamente o clima de mobilização decorrente da então recente transformação institucional da UFVJM criou condições favoráveis à afinidade e aderência aos propósitos do REUNI, que encerra um elenco de medidas destinadas ao crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior até o ano de 2012.

As Pró-Reitorias de Planejamento e Orçamento e de Administração, juntamente com a Reitoria, estão notavelmente empenhadas, através de constantes contatos e visitas ao MEC/MPOG/Governo Federal, em assegurar os pré-requisitos básicos, em termos de recursos humanos suficientes, financiamento adequado para manutenção e os necessários investimentos na infraestrutura de ensino e pesquisa.

No que tange à pesquisa, as fontes de fomento e os recursos financeiros são oriundos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e administrado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e pelas principais agências públicas de fomento.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Programa de Trabalho									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012

Título do Programa: Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis

09	272	0089	0181	OP	3	Pessoa Beneficiada	-	84	86
----	-----	------	------	----	---	--------------------	---	----	----

Título do Programa: Contribuição da União e de suas autarquias p/ o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais

12	122	1073	09HB	OP	3	-	-	-	-
----	-----	------	------	----	---	---	---	---	---

Título do Programa: Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação

12	128	1067	4572	A	3	Servidor Capacitado	200	125	200
----	-----	------	------	---	---	---------------------	-----	-----	-----

Título do Programa: Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

12	301	0750	2004	A	3	Pessoa Beneficiada	1060	1395	1450
----	-----	------	------	---	---	--------------------	------	------	------

Título do Programa: Assistência médica aos servidores e empregados - exames periódicos

12	301	0750	20CW	A	3	Servidor Beneficiado	266	759	800
----	-----	------	------	---	---	----------------------	-----	-----	-----

Título do Programa: Auxílio-alimentação aos servidores e empregados

12	306	0750	2012	A	3	Servidor Beneficiado	608	815	900
----	-----	------	------	---	---	----------------------	-----	-----	-----

Título do Programa: Auxílio-transporte aos servidores e empregados

12	331	0750	2011	A	3	Servidor Beneficiado	8	15	20
----	-----	------	------	---	---	----------------------	---	----	----

Título do Programa: REUNI - readequação da infra-estrutura da UFVJM

12	364	1073	11N9	A	3	Vaga Disponibilizada	10000	2154	2500
----	-----	------	------	---	---	----------------------	-------	------	------

Título do Programa: Assistência ao estudante do ensino de graduação

12	364	1073	4002	A	3	Aluno Assistido	900	844	900
----	-----	------	------	---	---	-----------------	-----	-----	-----

Título do Programa: Serviços à comunidade por meio da extensão universitária

12	364	1073	4004	A	3	Pessoa Beneficiada	36000	11396	12000
----	-----	------	------	---	---	--------------------	-------	-------	-------

Título do Programa: Acervo bibliográfico destinado às instituições federais de ensino superior e hospitais de ensino

12	364	1073	4008	A	3	Volume Disponibilizado	8000	7208	8000
----	-----	------	------	---	---	------------------------	------	------	------

Título do Programa: Funcionamento de cursos de graduação

12	364	1073	4009	A	3	Aluno Matriculado	6785	4739	5500
----	-----	------	------	---	---	-------------------	------	------	------

Título do Programa: Reestruturação e expansão das universidades federais – REUNI

12	364	1073	8282	A	3	Vaga Disponibilizada	960	960	960
----	-----	------	------	---	---	----------------------	-----	-----	-----

Título do Programa: Funcionamento de cursos de pós-graduação

12	364	1375	4006	A	3	Aluno Matriculado	270	214	270
----	-----	------	------	---	---	-------------------	-----	-----	-----

Título do Programa: Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

12	365	0750	2010	A	3	Criança Atendida	118	149	170
----	-----	------	------	---	---	------------------	-----	-----	-----

Título do Programa: Pesquisa universitária e difusão de seus resultados

12	571	1375	8667	A	3	Pesquisa Publicada	69	406	450
----	-----	------	------	---	---	--------------------	----	-----	-----

Fonte: PROPLAN – SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação

Análise crítica

Em relação ao Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo, no curso de “Capacitação em Elaboração de Consultas Gerenciais no SIAFI Gerencial – Ênfase no Relatório de Gestão 2011”, foi orientado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/MEC que o Quadro A.2.1 somente deve ser preenchido pelas UJ que tiverem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscritos na Lei do Plano Plurianual (PPA). Assim, será o Ministério da Educação que prestará as informações consolidadas da Execução por Plano de Governo.

Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	26255	153036

Obs.: Há atualmente apenas uma Unidade Orçamentária.

Fonte: PROPLAN

Análise crítica

Todo o orçamento da UFVJM é disponibilizado totalmente para a UO 26255, que possui diversas UGRs para executar tais orçamentos no que se refere ao custeio.

Quanto aos investimentos, é a própria UFVJM que executa todo o orçamento.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		52.724.024,00	39.210.836,00	-	-	19.258.128,00	11.308.568,00
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		52.724.024,00	39.210.836,00	-	-	19.258.128,00	11.308.568,00
CRÉDITOS	Suplementares		15.953.524,00	19.811.000,00	-	-	1.069.000,00	2.424.540,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	3.851,00	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			68.677.548,00	59.017.985,00	-	-	20.327.128,00	13.733.108,00

Fonte

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		94.698.562,00	15.827.092,00	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		94.698.562,00	15.827.092,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
	Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total			94.698.562,00	15.827.092,00	-	-	-	-

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		71.982.152,00	50.519.404,00	94.698.562,00	15.827.092,00	-	
	PLOA		-	-	-	-	-	
	LOA		71.982.152,00	50.519.404,00	94.698.562,00	15.827.092,00	-	
CRÉDITOS	Suplementares		17.022.524,00	22.235.540,00	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	-	-	
	Créditos Cancelados		-	3.851,00	-	-	-	
Outras Operações			-	-	-	-	-	
Total			89.004.676,00	72.751.093,00	94.698.562,00	15.827.092,00	-	

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	150014 MEC	26101.12.122.1067.2272 Gestão e administração do programa			4.006,03
	Recebidos	150014 MEC	26101.12.364.1073.009E Concessão de benefício a estudantes estrangeiros em graduação no Brasil			22.860,00
	Recebidos	150014 MEC	26101.12.364.1073.8551 Complementação p/ o funcionamento das instit. fed. de ensino superior			2.000.000,00
	Recebidos	153032 UFLA (emenda de bancada)	26263.12.364.1073.4009 Funcionamento de cursos de graduação			866.666,00
	Recebidos	154003 CAPES	26291.12.128.1061.8429 Formação inicial e continuada a distância			118.136,93
	Recebidos	154003 CAPES	26291.12.364.1375.0487 Concessão e manutenção de bolsas de estudos			141.352,37
	Recebidos	154003 CAPES	26291.12.364.1448.009U Concessão de bolsa de iniciação à docência			39.999,40

	Recebidos	153173 FNDE	26298.12.362.1377.8741 Desenvolvimento de projetos educacionais p/ acesso e permanência de estudantes na universidade			105.744,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	153032 UFLA (emenda de bancada)	26263.12.364.1073.4009 Funcionamento de cursos de graduação	3.465.849,42		
	Recebidos	154003 CAPES	26291.12.128.1061.8429 Formação inicial e continuada a distância	148.814,53		
	Recebidos	154003 CAPES	26291.12.571.1375.4019 Fomento à pós-graduação	358.119,25		

Análise crítica

Os valores Recebidos em Natureza da Movimentação de Crédito Externa tratam-se de valores recebidos por descentralizações e emendas de bancadas para melhor atender à expansão da Universidade.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	18.727.107,08	5.929.063,96	18.547.493,27	5.697.060,36
Convite				
Tomada de Preços	572.372,13	176.683,55	572.372,13	176.683,55
Concorrência	3.761.403,09	2.005.304,99	3.581.789,28	1.774.449,64
Pregão	13.339.704,79	1.183.853,41	13.339.704,79	1.182.705,16
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços	1.053.627,07	2.563.222,01	1.053.627,07	2.563.222,01
Contratações Diretas	1.567.640,51	1.168.726,76	1.567.640,51	1.168.726,76
Dispensa	483.965,55	248.372,08	483.965,55	248.372,08
Inexigibilidade	1.083.674,96	920.354,68	1.083.674,96	920.354,68
Regime de Execução Especial	1.065,89	2.932,76	1.065,89	2.932,76
Suprimento de Fundos	1.065,89	2.932,76	1.065,89	2.932,76
Pagamento de Pessoal	73.432.315,84	62.338.990,69	73.432.315,84	62.338.990,69
Pagamento em Folha	72.819.179,76	61.601.196,53	72.819.179,76	61.601.196,53
Diárias	613.136,08	737.794,16	613.136,08	737.794,16
Outros	2.719.683,79	2.185.730,86	2.719.683,79	2.185.730,86
Totais	96.447.813,11	71.625.445,03	96.268.199,30	71.393.441,43

Análise crítica

A execução da despesa por modalidade de contratação foi maior em 2011, em relação a 2010, tendo em vista a expansão da UJ. Portanto, tornou-se necessária a abertura de concursos públicos para

contratação de professores e funcionários, tendo como conseqüências o aumento da despesa de pessoal, bem como a contratação de empresas terceirizadas.

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	68.130.420,46	58.797.441,00	68.130.420,46	58.797.441,00	-	-	68.130.420,46	58.319.362,51
Vencimentos e vantagens fixas	51.072.705,78	42.615.814,13	51.072.705,78	42.615.814,13	-	-	51.072.705,78	42.615.814,13
Obrigações patronais	10.835.499,52	9.116.489,13	10.835.499,52	9.116.489,13	-	-	10.835.499,52	9.116.489,13
Aposentadorias, reserva remunerada e reformas	3.799.225,48	3.555.802,20	3.799.225,48	3.555.802,20	-	-	3.799.225,48	3.269.912,03
Demais elementos do grupo	2.422.989,68	3.509.335,54	2.422.989,68	3.509.335,54	-	-	2.422.989,68	3.317.147,22
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas sem saldo								
Contas sem saldo								
Contas sem saldo								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	18.991.220,35	12.782.662,36	15.504.457,70	10.538.430,00	3.486.762,65	2.244.232,36	15.504.457,70	10.537.281,75
Outros serv.de terceiros - PJ	8.251.950,57	5.214.554,39	6.082.877,96	3.751.003,95	2.169.072,61	1.463.550,44	6.082.877,96	3.751.003,95
Auxílio financeiro a estudantes	3.607.723,92	1.598.335,50	2.665.339,52	1.171.236,00	942.384,40	427.099,50	2.665.339,52	1.171.236,00
Auxílio-alimentação	2.804.137,49	2.493.631,43	2.804.137,49	2.493.631,43	-	-	2.804.137,49	2.493.631,43
Demais elementos do grupo	4.327.408,37	3.476.141,04	3.952.102,73	3.122.558,62	375.305,64	353.582,42	3.952.102,73	3.121.410,37
Totais	87.121.640,81	71.580.103,36	83.634.878,16	69.335.871,00	3.486.762,65	2.244.232,36	83.634.878,16	68.856.644,26

2.4.2.1.2 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	74.778.013,73	15.567.180,21	12.812.934,95	2.767.652,52	61.965.078,78	12.799.527,69	12.633.321,14	2.536.797,17
Obras e instalações	58.262.405,32	14.382.642,00	6.217.914,88	2.474.454,47	52.044.490,44	11.908.187,53	6.038.301,07	2.243.599,12
Equip.e material permanente	16.515.608,41	1.184.538,21	6.595.020,07	293.198,05	9.920.588,34	891.340,16	6.595.020,07	293.198,05
Demais contas sem saldo	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas sem saldo								
Contas sem saldo								
Contas sem saldo								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas sem saldo								
Contas sem saldo								
Contas sem saldo								
Demais elementos do grupo								
Totais	74.778.013,73	15.567.180,21	12.812.934,95	2.767.652,52	61.965.078,78	12.799.527,69	12.633.321,14	2.536.797,17

Análise crítica

Gradativamente, haverá aumento das despesas de custeio, à medida em que as obras forem sendo entregues. Nesta fase de crescimento e expansão da Universidade, os novos investimentos gerarão despesas de manutenção, acarretando o aumento das despesas de custeio até que ocorra a consolidação pretendida após doze meses aproximadamente da entrega das obras de expansão. O recurso orçamentário para despesas de capital foi liberado somente no final do exercício, motivo pelo qual é efetuada a Nota de Empenho para posterior entrega do material ou serviço, caracterizando-se restos a pagar não processados.

Quanto às obras, existem os cronogramas a serem respeitados devido à medição e prazo para execução das mesmas.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	1.477.030,83	13.488.692,24	1.458.862,32	13.197.198,19
Convite				
Tomada de Preços		262.924,26		262.924,26
Concorrência		5.126.510,00		4.993.519,31
Pregão	1.477.030,83	8.099.257,98	1.458.862,32	7.940.754,62
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	86.373,44	1.394.595,29	86.173,49	1.391.599,18
Dispensa	9.600,00	986.895,14	9.600,00	983.899,03
Inexigibilidade	76.773,44	407.700,15	76.573,49	407.700,15
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	159.866,20	104.426,45	159.866,20	104.426,45
Pagamento em Folha				
Diárias	159.866,20	104.426,45	159.866,20	104.426,45
Outras (2011: Bolsas de estudo / 2010: Estagiários + Bolsas)	24.354,75	232.476,67	22.174,75	232.476,67
Totais	1.747.625,22	15.220.190,65	1.727.076,76	14.925.700,49

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadros A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
Não houve			-		-		-	
créditos recebidos			-		-		-	
neste grupo			-		-		-	
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Não houve								
créditos recebidos								
neste grupo								
3- Outras Despesas Correntes	3.298.764,73	3.271.013,78	1.670.696,69	2.018.199,10	1.628.068,04	1.252.814,68	1.650.148,23	2.015.202,99
Outros serv.de terceiros - PJ	3.052.831,40	2.723.951,12	1.470.437,35	1.547.298,42	1.582.394,05	1.176.652,70	1.452.068,89	1.547.298,42
Diárias	97.733,30	48.046,05	97.733,30	48.046,05	-	-	97.733,30	48.046,05
Outros serv.de terceiros - PF	62.132,90	259.380,40	62.132,90	226.859,96	-	32.520,44	62.132,90	226.859,96
Demais elementos do grupo	86.067,13	239.636,21	40.393,14	195.994,67	45.673,99	43.641,54	38.213,14	192.998,56
Totais	3.298.764,73	3.271.013,78	1.670.696,69	2.018.199,10	1.628.068,04	1.252.814,68	1.650.148,23	2.015.202,99

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	3.972.783,20	15.567.180,21	76.928,53	2.767.652,52	3.895.854,67	12.799.527,69	76.928,53	2.536.797,17
Equip.e material permanente	3.250.099,50	1.184.538,21	76.928,53	293.198,05	3.173.170,97	891.340,16	76.928,53	293.198,05
Obras e instalações	722.683,70	14.382.642,00	-	2.474.454,47	722.683,70	11.908.187,53	-	2.243.599,12
Demais contas sem créditos recebidos								
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Não houve								
créditos recebidos								
neste grupo								
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Não houve								
créditos recebidos								
neste grupo								
Totais	3.972.783,20	15.567.180,21	76.928,53	2.767.652,52	3.895.854,67	12.799.527,69	76.928,53	2.536.797,17

Análise crítica

Em 2011 houve um acréscimo nas despesas em comparação com o ano de 2010 devido à descentralização de créditos, que contribuiu para que a expansão da Universidade pudesse ser concretizada. Valores referentes a convênios (SESu, FNDE, CAPES) financiaram investimentos em obras e despesas com serviços, complementando o orçamento anual.

2.5 Indicadores Institucionais Próprios da UJ

A UFVJM ainda não desenvolveu indicadores institucionais próprios para o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade.

Diante de tal necessidade, será proposto às Unidades responsáveis a inclusão de ações no Planejamento Estratégico da Universidade que estimulem o estudo e a implementação de indicadores que meçam o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades.

3. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.

3.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em
R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2008	64.589,55		64.589,55	-
2009	359.161,01		359.161,01	-
2010	526.493,76		526.493,76	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2008	2.079.773,13	799,16	1.820.910,72	258.063,25
2009	8.988.830,99	230.700,43	8.667.141,45	90.989,11
2010	54.243.464,09	54.210,97	37.606.608,13	16.582.644,99
Observação: Decreto nº 7.418 de 31/12/2010, art. 2º.				

Análise crítica

Com a expansão da Universidade e com a criação de novos cursos, houve a necessidade de ampliação das áreas construídas. Portanto, foram necessárias a ampliação das áreas físicas e compras de equipamentos. Foram recebidos recursos descentralizados pela SESu/MEC para tal objetivo.

Nos contratos estão especificados os prazos de entrega das obras, que são alterados por termos aditivos solicitados pelas empresas, às vezes pelo atraso ou condições climáticas. À medida que vão sendo concluídas, atestadas ou recebidas, efetuam-se os pagamentos.

A Universidade busca através dos responsáveis o cumprimento dos prazos estabelecidos nos contratos. Caso os valores que estão inscritos em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores fossem cancelados, a Instituição teria seu objetivo prejudicado, qual seja, o de oferecer ensino superior público de qualidade aos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, regiões carentes ao norte e nordeste de Minas Gerais, ensino superior público de qualidade.

4. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.

4.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	760	05	02
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	01	01	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	01	01	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	01	01	01
2. Servidores com Contratos Temporários	51	51	01	01
3. Total de Servidores (1+2)	51	814	09	04

Fonte:

**QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ –
SITUAÇÃO EM 31/12/2011**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	17
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	01
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	16
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	02
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	02
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	08
4.1. Doença em pessoa da família	06
4.2. Capacitação	02
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	27

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	41	41	-	-
1.1.Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2.Grupo Direção e Assessoramento superior	41	41	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	01	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	114	110	-	-
2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	110	01	01
2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	155	152	01	01

Fonte:

**QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	179	364	206	57	05
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	159	348	193	55	05
1.3. Servidores com Contratos Temporários	20	16	13	02	00
2. Provimento de cargo em comissão	23	64	48	14	02
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	02	14	17	06	02
2.3. Funções gratificadas	21	50	31	08	00
3. Totais (1+2)	202	428	254	71	07

Fonte:

**QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011**

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	04	68	132	160	218	229
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	04	68	102	160	197	229
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	30	0	21	0
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	12	21	55	20	43
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	5	12	5	19
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	12	16	43	15	24
3. Totais (1+2)	0	0	0	04	80	153	215	238	272
<u>LEGENDA</u>									
<u>Nível de Escolaridade</u>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte:

4.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro DE 2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12/2011	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	52	-
1.1 Voluntária	43	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	03	-
1.4 Outras	06	-
2. Proporcional	08	-
2.1 Voluntária	08	-
2.2 Compulsória	-	-
-	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	60	-

Fonte:

**QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2011**

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	24	-
1.1. Integral	17	-
1.2. Proporcional	07	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	24	-

Fonte:

4.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários – 31/12/2011

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	44	40	42	35	
1.1 Área Fim	-	-	-	-	
1.2 Área Meio	44	40	42	35	
2. Nível Médio	-	-	-	-	
2.1 Área Fim	-	-	-	-	
2.2 Área Meio	-	-	-	-	
3. Total (1+2)	44	40	42	35	

Fonte:

4.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011									-
	2010									-
	2009									-
Servidores de Carreira (incluídos os que ocupam cargo de provimento em comissão)										
Exercícios	2011	25.944.961,25		24.541.397,91	535.892,59	4.110.245,39	11.019.242,91	158.092,11		66.309.832,16
	2010	21.786.703,28		20.392.506,82	447.952,29	2.889.774,28	9.276.638,79	143.202,62		54.936.778,08
	2009	15.088.813,68		14.552.344,35	397.935,78	849.873,92	8.224.167,52	131.576,45		39.244.711,70
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011	1.066.125,04			3.296,30			3.833,76		1.073.255,10
	2010	1.596.115,62						81.185,54		1.677.301,16
	2009	875.202,24								889.892,37

								14.690,13			
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011										-
	2010										-
	2009										-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										-
	2010										-
	2009										-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011										-
	2010										-
	2009										-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011										-
	2010										-
	2009										-

4.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Não há cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.					

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

<i>Nome do empregado terceirizado substituído</i>	<i>Cargo que ocupava no órgão</i>	<i>Data do D.O.U. de publicação da dispensa</i>
<i>Não há cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.</i>		

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

<i>Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional</i>	<i>Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores</i>		<i>Quantidade autorizada de servidores</i>
	<i>Número</i>	<i>Data</i>	
<i>Não há cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.</i>			

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva:

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Nome: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM													
UG/Gestão: 153036/15243							CNPJ: 16.888.315/0001-57						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	Nº. 049/2008 – TBI – Curvelo e Teófilo Otoni	07.534.224/0001-22	22/10/2008	01/12/2011	8	8					
2011	V	O	Nº. 045/2011 - TBI – Teófilo Otoni	07.534.224/0001-22	01/12/2011	01/12/2012	5	5					
2009	V	O	Nº. 025/2009 – TBI – Diamantina	07.534.224/0001-22	09/12/2009	26/12/2011	12	12					
2010	L	O	Nº. 050/2010 – Adminas – Dtna e T.O	07.544.068/001-80	15/12/2010	15/12/2012	101	101					
2011	V	O	Nº. 044/2011 - TBI -	07.534.224/0001-22	01/12/2011	01/12/2012	10	10					

			Dtna/Curvelo/Co uto										
Observação: As contratações de serviços terceirizados são fundamentadas na Lei. 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000; Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores; Instruções Normativas do MARE n.º 05 de 21 de julho de 1995; n.º 02 de 30 de abril de 2008, n.º 03 de 15 de outubro de 2009, n.º 04 de 11 de novembro de 2009, n.º 05 de 18 de dezembro de 2009, principalmente Decreto 2.271, de 07 de julho de 1997 e demais normas aplicáveis à matéria. A Instituição observa em suas contratações, de serviços terceirizados, primordialmente, o que determina o Decreto 2.271/97, em seu § 2º: Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal. A Instituição não possui funcionários de fundações de apoio ocupando cargos públicos. LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Contratos/Pró-Reitoria de Administração

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Nome: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM													
UG/Gestão: 153036/15243							CNPJ: 16.888.315/0001-57						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	Nº. 049/2010 – Pherphil – Teófilo Otoni	04.712.320/0001-25	15/12/2011	15/12/2012	12	12					
2011	1	O	Nº. 051/2011 - Atual Service	09.564.708/0001-40	02/12/2011	02/12/2012	3	3					
2011	1	O	Nº. 050/2011 Serta Serviços Técnicos	01.548.339/0001-90	02/12/2011	02/12/2012	21	21	3	3			
			Nº. 021/2009 – Acert -		27/11/200	01/12/201							

2009	1	O	Curvelo e Teófilo Otoni	07.258.147/0001-25	9	1	18	18					
2010	2 e 4	O	Nº. 021/2010 – Serta – Dtna e Teófilo Otoni	01.548.339/0001-90	07/05/2010	07/05/2012	24	24					
2010	1	O	Nº. 049/2010 – Pherphil – Diamantina Teófilo Otoni	04.712.320/0001-25	15/12/2010	15/12/2012	21	21					
2010	1	O	Nº. 050/2010 – Adminas – Dtna e T.O	07.544.068/001-80	15/12/2010	15/12/2012	50	50					

Observação:

As contratações de serviços terceirizados são fundamentadas na Lei. 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000; Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores; Instruções Normativas do MARE n.º 05 de 21 de julho de 1995; n.º 02 de 30 de abril de 2008, n.º 03 de 15 de outubro de 2009, n.º 04 de 11 de novembro de 2009, n.º 05 de 18 de dezembro de 2009, principalmente Decreto 2.271, de 07 de julho de 1997 e demais normas aplicáveis à matéria.

A Instituição observa em suas contratações, de serviços terceirizados, primordialmente, o que determina o Decreto 2.271/97, em seu § 2º: Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

A Instituição não possui funcionários de fundações de apoio ocupando cargos públicos.

LEGENDA

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Divisão de Contratos/Pró-Reitoria de Administração

**QUADRO A.5.14 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
Nº. 049/2008 – TBI – Curvelo e Teófilo Otoni	8	8	PROAD
Nº. 025/2009 – TBI – Diamantina	8	12	PROAD
Nº. 021/2009 – Acert - Curvelo e Teófilo Otoni	1	18	PROAD
Nº. 021/2010 – Serta – Dtna e Teófilo Otoni	2 e 4	24	PROAD
Nº. 049/2010 – Pherphil – Teófilo Otoni	1	21	PROAD
Nº. 050/2010 – Adminas – Dtna e T.O	7	101	PROAD
Nº. 050/2010 – Adminas – Dtna e T.O	1	50	PROAD
Nº. 044/2011 - TBI - Dtna/Curvelo/Couto	8	10	PROAD
Nº. 045/2011 - TBI – Teófilo Otoni	8	5	PROAD
Nº. 050/2011 - Serta Serviços Técnicos	1	24	PROAD
Nº. 051/2011 - Atual Service	1	3	PROAD

LEGENDA:

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo –Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Divisão de Contratos/Pró-Reitoria de Administração

4.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A UFVJM é uma Universidade com apenas 6 anos e em fase de expansão, enfrenta dificuldades inerentes ao crescimento vertiginoso em termos de cursos, crescendo o número de acadêmicos e déficit de servidores, em especial técnico-administrativos, bem como de um programa informatizado de Recursos Humanos que possibilite o levantamento de dados que pudesse subsidiar e oferecer condições para desenvolver indicadores que possam ser apresentados.

Apesar de atualmente não dispormos de indicadores é uma das metas da gestão desta IFE sua implementação no menor espaço de tempo possível.

Informamos as ações desenvolvidas que vão ao encontro dos temas elencados no item 5.6 Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos, como se segue:

- O controle de frequência do servidor é feito através da folha de ponto e do boletim mensal de frequência, que é encaminhado à SRH. Com base nas informações constantes no referido boletim, podemos afirmar que a maioria das ausências ao trabalho são decorrentes de licença médico-odontológica.
- No quadro da UFVJM contamos com um Técnico em Segurança do Trabalho e dois Médicos que tem, dentre as suas atribuições, prestar atendimento a demandas e atividades diversas de conscientização e prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. No momento, está em fase de elaboração o acordo de cooperação técnica para estruturação da Unidade SIASS-UFVJM, que nos possibilitará o acesso ao sistema de perícia em saúde e nos fornecerá dados gerenciais de acompanhamento.

Ressaltamos que, apesar de não possuímos um sistema que facilite esse levantamento, o mesmo é feito manualmente.

Desde 2008 estamos organizando e executando ações de promoção e educação em saúde abordando temas variados, tendo como referência demandas apresentadas pela comunidade acadêmica.

- Nesta Instituição temos implementado o Programa de Avaliação de Desempenho, qualificação e capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos.
 - a) Avaliação docente: No programa o docente é avaliado quanto ao desempenho de atividades do magistério, assiduidade, disciplina, produtividade, capacidade de iniciativa, cooperação com as atividades do magistério, responsabilidade de disciplina em curso de graduação e pós-graduação, participação em cursos de atualização, extensão, congressos, encontros e seminários, participação em comissões administrativas e outros. Esta IFE oferta programas de pós-graduação stricto-sensu para qualificação dos docentes, dois a nível de mestrado e dois de doutorado, contando com o apoio da CAPES e FAPEMIG com a concessão de bolsas por meio de programas PICDT, PRODOUTORAL, DINTER (CAPES) e PMCD (FAPEMIG)
 - b) O programa de avaliação do técnico administrativo consiste em um processo contínuo e sistemático de análise e avaliação de desempenho, em função das atividades desenvolvidas, das metas e dos resultados a serem alcançados. Permite ao administrador mensurar os resultados obtidos pelo servidor e pela equipe e subsidiar a elaboração do programa de capacitação dos servidores.

Neste programa são avaliados: competência gerencial, competência técnica, disciplina, competência inter/intrapessoal. Complementando, o servidor faz a avaliação das condições de trabalho que possibilita verificar seu grau de satisfação com o ambiente organizacional com reflexo positivo na sua produtividade.

Contamos, também, com o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento que compreende a capacitação nas suas mais diversas formas, correspondentes à natureza das atividades dos servidores na área de Educação e às exigências do cargo e do ambiente organizacional incluindo a educação formal.

Anualmente, é feito o levantamento das necessidades de capacitação dos servidores técnico-administrativos e com base nessas informações é elaborado o Plano Anual de Capacitação elencando os cursos prioritários que são implementados e, no término, é realizada uma avaliação dos mesmos.

Os salários dos servidores são estabelecidos por lei federal publicada no Diário Oficial da União.

Nesta SRH não dispomos de informações quanto a demandas trabalhistas.

Superintendência de Recursos Humanos

5. Parte A, Item 6, do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010.

5.1 Transferências de Recursos

Informamos que não houve transferências realizadas por esta UJ no exercício de 2011 mediante convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e termos de parceria, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições a terceiros.

6. Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.

6.1 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010

QUADRO A.7.1 – DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICON

DECLARAÇÃO

Eu, Sabrina Moreira Gomes da Costa, Chefe da Divisão de Contratos, exercido na Pró-Reitoria de Administração declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e seus termos aditivos firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Contratos – SICON, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Quanto ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, é utilizado pela Divisão Contábil / Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, apenas por ser órgão cadastrador de Pessoas Jurídicas que a procuram, para que sejam cadastradas e habilitadas para registro em Convênios e Termos de Parceria em que a UFVJM não detenha nenhuma das partes destes convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

Diamantina, 30 de março de 2012.

Sabrina Moreira Gomes da Costa

Chefe da Divisão de Contratos / Pró-Reitoria de Administração

7. Parte A, Item 8, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 28/11/2010.

7.1 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

Em cumprimento às determinações contidas na Lei nº 8.730/93 e às Instruções da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, os servidores nomeados para cargo efetivo ou em comissão apresentam no ato da posse, vacância e exoneração declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio. Essas declarações de bens e valores são anexadas aos respectivos processos.

Vários servidores efetivos assinaram o formulário de autorização de acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda e os que não assinaram apresentam anualmente cópia da declaração de ajuste anual após a entrega na Secretaria da Receita Federal.

Os formulários de autorização de acesso e as declarações de ajuste anual apresentadas são arquivadas em processo ou pasta específica, visando preservar o sigilo das informações patrimoniais dos servidores.

8. Parte A, Item 9, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.

8.1 Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Esta avaliação do Controle Interno existente na UFVJM é resultado da percepção da Coordenação da Auditoria Interna, com base nos achados de Auditoria.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? A UJ tem em estoque papel reciclado.		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? SIM		X			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. A UJ implantou uma assessoria de meio ambiente que realizou o programa de coleta para reciclagem. É desenvolvido o programa de biocombustível através da transformação de óleo de cozinha.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais: A Unidade ainda não utiliza critérios de sustentabilidade em suas licitações. Em algumas compras pontuais são discriminados produtos que utilizam um menor consumo de matéria-prima e redução do consumo, como por exemplo, refis de produtos, papel reciclado, lâmpadas econômicas, dentre outros. Os veículos a serem adquiridos, através de processos licitatórios, são discriminados de forma a se obter automóveis que utilizam combustíveis alternativos. Os critérios de sustentabilidade ambientais estão sendo estudados e serão observados em processos futuros. Os futuros projetos básicos ou executivos estão sendo preparados de forma a reduzir o impacto ambiental. Nos contratos de execução de obras, o cumprimento das legislações ambientais é fiscalizada de forma rigorosa, através da Assessoria de Meio Ambiente/UFVJM. A Universidade possui um programa de coleta seletiva solidária destinada a implementar um sistema de gerenciamento de resíduos possíveis de serem reciclados ou reutilizados, bem como atender aos preceitos do Decreto Federal nº 5.940/06 que instituiu a Coleta Seletiva Solidária em órgãos da administração pública federal. Através de parcerias com Associações, Empresas, Órgãos ambientais, públicos, entre outros, pretende-se contribuir com o crescimento da UFVJM pautado na responsabilidade ambiental.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Divisão de Licitações/Pró-Reitoria de Administração

10. Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº108 de 24/11/2010.

10.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	MINAS GERAIS	7	7
	Diamantina	4	4
	Senador Mourão (Distrito de Diamantina)	1	1
	Teófilo Otoni	1	1
	Couto de Magalhães de Minas	1	1
	UF “n”		
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		7	7
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		7	7

Fonte: Divisão Contábil/Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	MINAS GERAIS	1	1
	Diamantina (01 casa no Bairro Centro para o Curso de Turismo)	1	1
	UF “n”		
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Divisão Contábil/Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Denominação do Imóvel	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
153036	4431 00022.500-0	21 - Uso em Serviço Público	3 - Bom	Campus I / Diamantina MG	5.244.592,00	22/12/2011	26.566.887,09	-	-
153036	4431 00023.500-5	21 - Uso em Serviço Público	1 - Novo	Campus JK / Diamantina MG	14.513.373,32	29/12/2011	30.851.607,64	-	-
153036	5371 00026.500-0	21 - Uso em Serviço Público	1 - Novo	Campus do Mucuri / Teófilo Otoni MG	300.000,00	02/01/2012	16.071.883,97	-	-
153036	4431 00024.500-0	21 - Uso em Serviço Público	2 - Muito Bom	Casa dos Visitantes / Diamantina MG	69.913,00	22/12/2011	201.751,09	-	-
153036	4431 00025.500-6	21 - Uso em Serviço Público	2 - Muito Bom	Clínica Odontológica / Distrito Sen. Mourão Diamantina	119.880,00	02/01/2012	90.180,00	-	-
153036	4431 00052.500-3	21 - Uso em Serviço Público	-	Terreno para construção da Moradia Estudantil / Diamantina MG	75.581,54	02/01/2012	75.581,54	-	-
153036	4401 00003.500-4	21 - Uso em Serviço Público	-	Terreno / Couto de Mag de Minas MG	3.900,00	02/01/2012	3.900,00	-	-
Total								-	-

11. Parte A, Item 12, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.

11.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	21(S) + 8(T) = 29				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	10% no momento atual em desenvolvimento de sistemas				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da		X			

contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: O quantitativo de servidores é bem inferior ao mínimo necessário para desenvolver o trabalho com planejamento e utilizando das boas práticas de Governança da Tecnologia da Informação. Seria necessário uma intervenção urgente na formalização e distribuição de vagas para a área de Tecnologia. O questionário foi respondido com consulta a todos os chefes das seções correspondentes. Na questão 5 há uma diferença muito grande se comparado com o ano de 2010, pois houve uma interpretação errônea da consulta de 2010.					
<u>LEGENDA</u> <u>Níveis de avaliação:</u> (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12. Parte A, Item 13, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.

12.1 Despesa com Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.13.1 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Exercício 2011 - Código da UG: 153036		Limite de Utilização da UG: R\$ 24.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Aleandro Lima Camargo	044.672.426-27	12.000,00	-	313,83	313,83
Pedro Angelo Almeida Abreu	061.536.073-49	12.000,00	-	752,06	752,06
Total utilizado pela UG			-	1.065,89	1.065,89

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Qtde.	Valor (a)	Qtde.	Valor (b)	(a+b)
2009	0	-	29	7.710,19	7.710,19
2010	0	-	12	2.932,76	2.932,76
2011	0	-	5	1.065,89	1.065,89

13. Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.

13.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADROS A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	460

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 014.337/2011-8	2360/2011	9.3.1.	Dar ciência	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI					460
Descrição da Deliberação:					
realização das Concorrências nºs 13/2008, 27/2009 e 26/2010 cujos objetos são, respectivamente, a construção do Prédio das Ciências Básicas e Saúde, do Prédio das Engenharias e do Restaurante Universitário, sem a existência de projeto básico com nível de precisão adequado para caracterizar os objetos das licitações, em dissonância com os requisitos constantes no art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/1993;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Infraestrutura					
Síntese da providência adotada:					
Desde 2011, com contratação de empresa especializada em elaboração dos Projetos Complementares, a UFVJM já vem licitando obras com o Projeto Básico adequado aos termos do art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/1993;					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento às exigências legais.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A UFVJM não possui quadro suficiente de técnicos na área de engenharia e enfrenta problemas sérios de contratação de serviços de engenharia, em virtude do aquecimento do mercado. No entanto, finalmente em 2011 conseguiu a contratação de					

uma empresa especializada para elaboração dos projetos arquitetônicos e complementares e dessa forma espera solucionar a deficiência interna de profissionais dessa área.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 014.337/2011-8	2360/2011	9.3.2	Dar ciência	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI					460
Descrição da Deliberação:					
alteração dos Contratos nºs 74/2008 e 27/2009, cujos objetos são, respectivamente, a construção do Prédio das Ciências Básicas e Saúde e do Prédio das Engenharias, sem respaldo de termo aditivo, em dissonância com o disposto no parágrafo único do art. 60 da Lei nº 8.666/1993 e prejudicando o controle da diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários referenciais, que não pode ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, de acordo com as LDO publicadas desde 2009 e atualmente com o art. 127, § 5º, inciso I, e § 6º, inciso IV, da LDO 2011;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Infraestrutura					
Síntese da providência adotada:					
Essa falha se deu em contratos antigos que foram licitados apenas com o Projeto arquitetônico, desde 2011, com contratação de empresa especializada em elaboração dos Projetos Complementares, a UFVJM já vem licitando obras com todos os Projetos Complementares, o que resultará num número menor de alterações no decorrer da execução e, conseqüentemente, na sua alteração somente mediante termo aditivo.					
Síntese dos resultados obtidos					
Menor número de alterações nos Contratos .					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A UFVJM não possui quadro suficiente de técnicos na área de engenharia e enfrenta problemas sérios de contratação de serviços de engenharia, em virtude do aquecimento do mercado. No entanto, finalmente em 2011 conseguiu a contratação de uma empresa especializada para elaboração dos projetos arquitetônicos e complementares e dessa forma espera diminuir significativamente as alterações do projeto inicial.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 014.337/2011-8	2360/2011	9.3.3	Dar ciência	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI					460
Descrição da Deliberação:					
ausência de critério de aceitabilidade dos preços unitários e global nos editais das Concorrências nºs 13/2008 e 27/2009, em desacordo com o disposto no art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993, e com o entendimento deste Tribunal, consolidado na Súmula-TCU nº 259, de 2010;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Infraestrutura					
Síntese da providência adotada:					
Foi feita uma revisão nos nossos editais de modo a atender tais exigências.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento às exigências legais.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Com a alteração dos Editais e sua adequação a essas exigências, a UFVJM espera maior transparência nas nossas licitações.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC 014.337/2011-8	2360/2011	9.3.4	Dar ciência	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI					460
Descrição da Deliberação:					
ausência das composições de custos unitários e do detalhamento dos encargos sociais nos orçamentos de referência das Concorrências nºs 13/2008, 27/2009 e 26/2010, e do detalhamento do BDI nos orçamentos de referência das Concorrências nºs 13/2008 e 27/2009, além da ausência de previsão nesses três editais da obrigatoriedade de fornecimento dessas informações nas propostas dos licitantes, em desacordo com o que estabelece o art. 6º, inciso IX, alínea “f”; art. 7º, § 2º, inciso II; e art. 40, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993; e em dissonância com o entendimento deste Tribunal, consolidado na Súmula-TCU nº 258, de 2010;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Infraestrutura					

Síntese da providência adotada:
Foi feita uma revisão nos nossos editais de modo a atender tais exigências.
Síntese dos resultados obtidos
Atendimento às exigências legais.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Com a alteração dos Editais e sua adequação a essas exigências, a UFVJM espera maior transparência e competitividade nas nossas licitações.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC 014.337/2011-8	2360/2011	9.3.5	Dar ciência	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI					460
Descrição da Deliberação:					
exigência, nos editais das Concorrências nºs 13/2008, 27/2009 e 26/2010, de condições de qualificação técnica e econômico-financeira prescindíveis à realização do objeto licitado, em dissonância com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e com os arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993, tais como: realização de quantitativos mínimos de serviços desnecessários à realização do objeto; necessidade do responsável técnico detentor dos atestados técnico-profissional ter vínculo empregatício com a licitante; realização de prévia visita técnica pessoal ao local da obra; necessidade de prestação de garantia da proposta e demonstração de capital social mínimo cumulativamente;					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Infraestrutura					
Síntese da providência adotada:					
Foi feita uma revisão nos nossos editais de modo a atender tais exigências.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento às exigências legais.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Com a alteração dos Editais e sua adequação a essas exigências, a UFVJM espera maior transparência e competitividade nas nossas licitações.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC-018.685/2008-6	1865/2011 – 2ª Câmara	1.5.1	Alerta	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI					460
Descrição da Deliberação:					
utilização da dispensa de licitação, em desacordo com o art. 24 da Lei n.º 8.666/1993;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Reitoria					
Síntese da providência adotada:					
Maior rigor na utilização dos requisitos para essa permissão legal					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento às exigências legais.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Com mais atenção às configurações dos motivos de dispensa de licitação, a UFVJM espera somente dispensar licitação nos casos permitidos por Lei.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	TC-018.685/2008-6	1865/2011 – 2ª Câmara	1.5.2	Alerta	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI					460
Descrição da Deliberação:					
contratação de serviços técnicos de natureza singular por inexigibilidade de licitação, sem comprovação da inviabilidade de competição e sem justificativa, em desacordo com o disposto no inciso II do art. 25 e art. 26 da Lei n.º 8.666/1993.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Reitoria					
Síntese da providência adotada:					
Maior rigor na utilização dos requisitos para essa permissão legal					
Síntese dos resultados obtidos					

Atendimento às exigências legais.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Com mais atenção às configurações dos motivos de inexigibilidade de licitação, a UFVJM espera somente inexigir licitação nos casos permitidos por Lei.

13.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI					460
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Não há – todas as deliberações foram atendidas					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

13.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI			460
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201108972	1.2.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI			460
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001 - Acompanhar o andamento do Mandado de Segurança nº 2003.82.01.006491-5 para, em caso de decisão final desfavorável à servidora, promover os ajustes relativos aos percentuais da vantagem do adicional de tempo de serviço no Sistema Siape.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos			
Síntese da providência adotada:			
Servidora – SIAPE 333026 - Essa servidora foi redistribuída para a UFCG, portanto, essa recomendação deverá ser encaminhada para aquela UJ para que ela promova o acompanhamento do Mandado de Segurança. Servidor – SIAPE 390087 – Trata-se de Pensão – O instituidor da pensão faleceu em 14/06/1992, anteriormente à implantação do SIAPECad. Em consulta ao Ministério do Planejamento, obtivemos a seguinte resposta: “Como a exclusão foi antes da implantação do SIAPEcad, não existe a possibilidade de cadastrar dados do instituidor no SIAPEcad assim as informações deverão ficar no processo e no módulo pensão SIAPE”. Essa informações já constam no referido módulo, não havendo mais o que fazer.			
Síntese dos resultados obtidos			
Foi diligenciado no sentido de atender às recomendações da CGU e o que era possível fazer pela nossa UJ, foi feito, as demais providências deverão ser realizadas pela UJ atual da servidora.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Atendimento no coube à UFVJM das recomendações.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

02	201108972	1.2.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI			460
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 002 - Promover os ajustes relativos ao campo "Ingresso no Serviço Público" do cadastro dos servidores de matrícula nº 390040 e 390087 no Sistema Siape.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos			
Síntese da providência adotada:			
Servidor – SIAPE 390040 – Providenciada averbação de tempo de serviço e alteração da data do primeiro emprego no SIAPECAD.			
Síntese dos resultados obtidos			
A servidora não pertencer mais à UJ da UFVJM, portanto, essa SRH não consegue fazer qualquer alteração em seu cadastro/SIAPECad, devendo também esta recomendação ser encaminhada à UFCG para que promova as alterações necessárias.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Com relação à servidora matrícula 390040, dada a impossibilidade de atendimento a esta recomendação nesta UJ, caberá à CGU repassar esta recomendação à UJ da UFCG. Com relação ao servidor 390087, foram feitos as alterações possíveis, em virtude de tratar-se de uma pensão instituída antes da implantação do SIAPECad.			
03	201108972	1.2.1.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI			460
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 001 - Acompanhar o andamento do Recurso de Reconsideração para, em caso de decisão final desfavorável à ex-reitora, tomar as providências necessárias ao cumprimento do disposto nos itens 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão nº 1.061/2010- 2ª Câmara.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos			
Síntese da providência adotada:			
Estamos acompanhando o andamento do Processo.			

Síntese dos resultados obtidos			
Ainda não houve decisão do recurso.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Uma vez mantida a decisão, estaremos promovendo o devido desconto.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201108972	2.1.4.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI			460
Descrição da Recomendação:			
Registrar as informações relativas à gestão dos bens imóveis de uso especial de responsabilidade da Unidade no sistema SPIUnet, de forma a refletir a situação atualizada dos mencionados bens, em observância ao disposto na Portaria SPU nº 206, de 08 de dezembro de 2000, na Portaria Interministerial STN/SPU nº 322, de 23 de agosto de 2001, na Macrofunção 021107 do Siafi e na Orientação Normativa GEADE-004/2003.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Assessoria Especial de Assuntos Administrativos			
Síntese da providência adotada:			
Realizamos a atualização e foram gerados alguns lançamentos no SIAFI(forma atualizados os valores das construções prontas nos prédios no Campus I e II (Diamantina e no Campus do Mucuri (Teófilo Otoni).			
Síntese dos resultados obtidos			
Sistema atualizado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Foi uma falha da administração, que esperamos não repetir, mantendo o sistema atualizado.			

13.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI			460
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Não há – todas as recomendações foram atendidas			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

14. Parte A, Item 16, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010.

14.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	A Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri no ano de 2011 conta apenas com uma auditora interna, que acumula o trabalho de auditorias com a Coordenação da Unidade. No exercício de 2010 a UFVJM, por força da Decisão Normativa-TCU nº 110, de 1º de dezembro de 2010, foi selecionada para ter as contas de seus gestores julgadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e, consequentemente, sujeitou-se à Auditoria de Gestão da CGU, em 2011. Também no exercício de 2010, a UFVJM teve um grande aporte orçamentário para obras de engenharia (R\$ 40.419.890,64) e em função disto, em 2011, a UFVJM foi selecionada para Auditoria de Conformidade nas obras relativas ao empreendimento: Readequação da Infraestrutura (REUNI), pelo TCU. As duas Auditorias foram realizadas subsequentemente uma à outra. Apesar de neste exercício não termos recebido demandas dos Órgãos de Controle (Interno e Externo), as auditorias realizadas geraram diversas solicitações de auditorias por parte desses Órgãos de Controle, e em função do seu resultado, exigiu da Auditoria Interna da UFVJM, esforço redobrado no seu atendimento, bem como providências imediatas para saneamento das irregularidades apontadas. Ademais, nesse exercício, foram abertos 16 Processos de Sindicância/Administrativos que requereram dessa Auditoria Interna constantes consultas/orientações. Assim sendo, em função da deficiência de pessoal (um único auditor), as atividades da Auditoria Interna foram unicamente voltadas para atendimento aos Órgãos de Controle e ao assessoramento à Gestão, deixando, portanto de cumprir o planejamento previsto no PAINT 2011.
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	

Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

14.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

QUADRO A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Não há – Todas as recomendações foram atendidas.
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

15. Parte A, Item 16, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.

15.1 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno

PARECER DE AUDITORIA INTERNA Nº 001/2012

1 - A Auditoria Interna da UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI - UFVJM, em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, apresenta seu Parecer sobre o Processo de Prestação de Contas Anual, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa/TCU nº 110/2010, correspondente ao Exercício Financeiro de 2011.

2 – A Unidade de Auditoria Interna manifestar-se-á sobre os subitens a seguir indicados, conforme determinado no Item 1 do Anexo II da Decisão Normativa/TCU/100/2010, observadas as áreas e atividades auditadas no exercício em exame:

a) A capacidade de os controles internos administrativos da unidade identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como minimizarem riscos, nos termos da IN/TCU nº 63/2010

Em função da Auditoria Interna da UFVJM contar apenas com um auditor, responsável por todo o ciclo de auditorias da Instituição, a atuação desta Auditoria Interna é insuficiente para concluir se os controles internos administrativos da unidade são suficientes ou não para identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como minimizarem riscos, porém, a cada auditoria realizada, estão sempre sendo objeto de recomendações dessa Auditoria Interna.

b) Da regularidade dos processos licitatórios

Em 2011 não verificamos os processos de licitação, porém, em função das deficiências apontadas pelo TCU nos editais de licitação de obras de engenharia da UFVJM, a Coordenadora da Auditoria Interna, juntamente com a Chefe da Divisão de Licitação e com o Procurador Federal da UFVJM, formaram um grupo de trabalho visando analisar e alterar os editais de licitação, bem como propor mudanças nas planilhas orçamentárias das obras, atendendo às orientações da equipe de Auditores do TCU.

c) Do gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes, especialmente quanto à oportunidade, formalização e acompanhamento

Essa área não foi verificada nesse exercício, assim sendo, não podemos emitir nenhum pronunciamento.

Tivemos, no entanto, informação do Setor responsável, de que não houve nenhum tipo de transferência voluntária no exercício 2011.

Quanto ao aspecto da oportunidade, esta Auditoria Interna deixa de se manifestar por entender tratar-se de ato de competência exclusiva do Gestor.

d) Cumprimento das recomendações da unidade de auditoria interna

As recomendações efetuadas pela Auditoria Interna, referentes as constatações descritas nos relatórios e ofícios desta Auditoria Interna, foram encaminhadas à Administração Superior para conhecimento e encaminhamentos pertinentes, contendo sugestões e recomendações para o aprimoramento dos procedimentos administrativos analisados ou de situações pontuais ou denúncias averiguadas, e as providências cabíveis foram ou estão sendo adotadas pela unidade.

e) Cumprimento das recomendações expedidas pelo órgão de controle interno

Em 2011 não recebemos da CGU-MG solicitações de auditoria especial.

f) Cumprimento das determinações e recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União – TCU

Foram publicados dois acórdãos do TCU dirigidos à UFVJM no exercício de 2011 (ACÓRDÃO Nº 2360/2011 - Plenário e ACÓRDÃO Nº 1865/2011 – 2ª Câmara) e todas as recomendações/determinações foram objeto de ações por parte dessa Auditoria Interna com vistas ao cumprimento das mesmas.

g) Cumprimento das decisões e recomendações dos Conselhos Fiscais, dos Conselhos de Administração e outros órgãos de fiscalização da atividade

Não houve nesse exercício nenhuma decisão ou recomendação por parte dos Conselhos Fiscais, dos Conselhos de Administração e outros órgãos de fiscalização.

3 - A Unidade de Auditoria Interna manifestar-se-á sobre os subitens a seguir indicados, conforme determinado no Item 5.2.12 da Portaria CGU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010, observadas as áreas e atividades auditadas no exercício em exame:

a) Informações sobre as eventuais demandas apresentadas à Auditoria Interna pelo Conselho de Administração (no nosso caso, o Conselho Universitário – CONSU) e pelo Conselho Fiscal (no nosso caso, o Conselho de Curadores)

Não houve nenhuma demanda desse tipo no exercício.

Diamantina, 13 de fevereiro de 2012.

Auditoria Interna - UFVJM

16. Parte B, Item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 108, de 24/11/2010

16.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

Quadro B.1.1 - Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri		153036	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativas ao exercício de 2011, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Diamantina/MG	Data	30/03/2011
Contador Responsável	José Geraldo das Graças	CRC nº	MG-038668/O-8

17. Parte B, Item 2, do Anexo II da DN TCU N.º 108, de 24/11/2010

17.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta

Quadro B.2.1 – Índices de Análise Vertical

ÍNDICES DE ANÁLISE VERTICAL	METODOLOGIA DE CÁLCULO	RESULTADO	ANÁLISE CRÍTICA
BP - Imobilização do Ativo	Imobilizado/Ativo Total	0,82	A Imobilização do Ativo aumentou, de 0,62 em 2010 para 0,82 em 2011, devido ao reflexo do Plano de Expansão do REUNI, com novas Obras entregues e em andamento, além da aquisição de equipamentos, móveis, etc.
BO - Outras Despesas Correntes sobre Despesa Corrente	Outras DC/Despesa Corrente	0,24	Houve um ligeiro aumento, de 0,21 em 2010 para 0,24 em 2011, em decorrência do Plano REUNI.
BO - Despesa de Pessoal sobre Despesa Corrente	Pessoal/Despesa Corrente	0,63	Houve um ligeiro decréscimo, de 0,66 em 2010 para 0,63 em 2011, em decorrência do aumento de Outras DC dentro da Despesa Corrente total.
BO - Despesa de Capital sobre Total de Despesa	DCap/Despesa Total	0,47	O índice manteve-se em 0,47 comparado ao exercício anterior, com aumento, tanto da Despesa de Capital quanto do Total de Despesa, na ordem de 19%.
DVP - Acréscimo sobre Variações Ativas	Acréscimo / Variações Ativas	0,49	O índice manteve-se em 0,49 comparado ao exercício anterior.
DVP - Decréscimo sobre Variações Passivas	Decréscimo/Variações Passivas	0,43	Houve um aumento, de 0,28 em 2010 para 0,43 em 2011, devido à apuração do processo de inscrição do Diferido e Recursos a receber/liberar, com base no saldo da Disponibilidade por Fonte de recursos, na conta de Baixa de Direitos.
Imobilização do Capital Próprio	(Ativo Não Circulante - Ativo Realizável a Longo Prazo)/PL	0,96	A Imobilização do Capital Próprio aumentou, de 0,79 em 2010 para 0,96 em 2011, devido ao reflexo do Plano de Expansão do REUNI, com novas Obras entregues e em andamento, além da aquisição de equipamentos, móveis, etc.
Endividamento Real	Passivo Real/Ativo Real	0,0071	Houve uma diminuição, de 0,0081 em 2010 para 0,0071 em 2011.

Quadro B.2.2 – Maiores Variações em Termos Percentuais (2011 / 2010)

DESCRIÇÃO DA CONTA CONTÁBIL	MAIORES VARIAÇÕES PERCENTUAIS (2011 / 2010)	ANÁLISE CRÍTICA
Variações ativas / Extra-orçamentário / Ajustes de bens, valores e créditos	591722,06%	Ref. a conta Reavaliações de bens, com reavaliações realizadas em virtude de lançamentos apurados no sistema patrimonial SPIUnet
Ativo / Imobilizado / Depreciações, Amortizações	423,80%	R\$ 2.175.685,97 a maior por reflexo do Plano de Expansão do REUNI
Passivo / Restos a pagar processados / Fornecedores - de exerc. Anteriores	217,62%	Referem-se a Obras em andamento de Contratos de 2008, 2009 e 2010
Variações ativas / Extra-orçamentário / Incorporação de bens móveis	188,60%	Aquisição de material permanente por reflexo do Plano de Expansão do REUNI
Ingressos / Desincorporação de obrigações / Recursos diversos a liberar	150,13%	Lançamentos da SPO em jan/fev/2011 ref. Limites RAP
Variações passivas / Extra-orçamentário / Baixa de direitos	134,67%	Apuração do processo de inscrição do Diferido e Recursos a receber/liberar, com base no saldo da Disponibilidade por Fonte de recursos.

Quadro B.2.3 – Maiores Diferenças em Reais (R\$) (2011 / 2010)

DESCRIÇÃO DA CONTA CONTÁBIL	MAIORES DIFERENÇAS EM R\$ (2011 / 2010)	ANÁLISE CRÍTICA
Ativo / Imobilizado / Bens Móveis e Imóveis	74.861.765,81	Aumento significativo por reflexo do Plano de Expansão do REUNI / Obras em andamento 32,6M / Bens móveis 22,1M / Imóveis 16,5M / Mobiliário 7,8M / Equip Méd Odont 5,0M / +CPD +Livros +Instal.
Ingressos / Restos a pagar / Não processados a liquidar	21.300.468,20	Inscrição de empenhos em Restos a pagar com base no saldo de Empenhos a liquidar = R\$ 70.975.764,14
Variações ativas / Orçamentárias / Desincorporação de passivos	16.732.300,05	Inscrição de empenhos em Restos a pagar com base no saldo de Empenhos a liquidar = R\$ 70.975.764,14
Dispêndios / Extra-orçamentários / Recursos especiais a receber	12.348.037,73	Apuração do processo de inscrição do Diferido e Recursos a receber/liberar, com base no saldo da Disponibilidade por Fonte de recursos.
Variações passivas / Orçamentárias / Despesas de capital / Investimentos	12.034.735,81	Conta Obras em andamento: Inscrição de empenhos em Restos a pagar com base no saldo de Empenhos a liquidar = R\$ 70.975.764,14
Variações ativas / Extra-orçamentário / Incorporação de bens imóveis	11.676.077,70	Lançamentos apurados no sistema patrimonial SPIUnet, ref. ao terreno do Campus Mucuri e prédios entregues (Campu JK e Mucuri)
Ativo / Financeiro / Créditos a receber	7.440.293,20	R\$ 4.332.515,42 referem-se a créditos de Emenda de bancada 2011 para despesas de custeio e de capital. O restante refere-se a descentralização de créditos SESu 2011

18. Parte C, item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.

18.1 Indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002 – plenário e modificações posteriores

Quadro C.7.1 - Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS		
	2011	2010	2009
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	85.397.967,79	69.753.783,98	41.025.244,48
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	85.397.967,79	69.753.783,98	41.025.244,48
Número de professores equivalentes	457,00	461,00	359,05
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	556,00	525,00	344,08
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	556,00	525,00	344,08
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	4.276,67	3.896,53	3.221,51
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	7.463,36	7.398,47	6.610,46

Quadro C.7.2 - Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2011	2010	2009	2008	2007
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	11.442,30	9.428,14	6.206,11	6.669	5.755
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	11.442,30	9.428,14	6.206,11	6.669	5.755
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	9,36	8,45	8,97	9,52	10,95
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	7,69	7,42	9,36	8,47	10,74
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	7,69	7,42	9,36	8,47	10,74
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,22	1,14	0,96	1,12	1,02
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,22	1,14	0,96	1,12	1,02
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,69	0,62	0,80	0,83	1,01
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,03	0,02	0,02	0,04	0,01
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,17	3,17	3,25	3,00	3,00
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,82	3,79	3,65	3,77	3,68
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	50,65	50,63	74,05	75,00	74,39

19. Parte C, item 7, “b”, do Anexo II da DN TCU Nº 108 de 24/11/2010.

19.1 Relação dos projetos desenvolvidos pelas fundações sob a égide da Lei nº 8.958/1994, discriminando o número do contrato ou do convênio, o objeto, o valor e a vigência, e, ainda, os recursos financeiros, materiais e humanos pertencentes à IFES envolvidos em cada projeto

Quadro C.7.2 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações

Convênio com:	Nº do Convênio	Objeto	Valor	Vigência	Término	Recursos humanos pertencentes à UFVJM
FAPEMIG	12.068/2009	Centro de Avaliação e Desenvolvimento de Biomateriais	R\$ 895.637,84	19/11/2009	19/11/2011	05 Docentes (100% do R.H. do Projeto)
FAPEMIG	12.067/2009	Proposta de Implantação de Laboratório de Micro Vinificação e Qualidade de Bebidas Fermentadas (LAVIN)	R\$ 514.072,89	19/11/2009	19/11/2011	03 Docentes (100% do R.H. do Projeto)
FAPEMIG	16.043/2010	CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INOVADOR NA PRODUÇÃO DE VITIS VENÍFECA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA	-	-	-	04 Docentes (100% do R.H. do Projeto)
FAPEMIG	CDS – APQ – 01140-10	Ensaio Comparativos da Avaliação em Vitro da Ação do Nossodio Homeopático, Solução Dióxido de Cloro (CLO2) e Genitramicina para Bactéria Escherichia Coli	-	-	-	02 Docentes (100% do R.H. do Projeto)
FAPEMIG	CDS APQ 01140-10	Ensaio Comparativos da Avaliação em Vitro da Ação do Nossodio Homeopático, Solução Dióxido de Cloro (CLO2) e Genitramicina para Bactéria Escherichia Coli	R\$ 22.369,70	10/06/2010	10/06/2012	02 Docentes (100% do R.H. do Projeto)
FAPEMIG	CRA APQ 0036-10	Análise Geoquímica Multielementar Como Ferramenta De Apoio Para Identificar Padrões De Aldeamento Pré-Histórico : Sitio Arqueológico Cemitério Da Caixa D’ Água Buritizeiro – MG	-	-	-	02 Docentes (100% do R.H. do Projeto)
FAPEMIG	CEX APQ 04598-10	Avaliação Química Físico-Química E Toxicológica Da Qualidade Da Água Do Rio Todos Os Santos (Teófilo Otoni-Mg)	-	-	-	02 Docentes (100% do R.H. do Projeto)
FAPEMIG	CEX APQ 04333-10	Desenvolvimento De Tecnologia Para Remediação Ambiental Baseada Em Nanoestruturas De Oxido De Ferro	-	-	-	02 Docentes (100% do R.H. do Projeto)

FAPEMIG	SHA APQ 03175-11	Informação Em Movimento Radio Ciência Itinerante	-	-	-	04 Docentes (100% do R.H. do Projeto)
FAPEMIG	CVZ PPM 00448-11	AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE CODORNAS PARA O VALE DO JEQUITINHONHA	-	-	-	02 Docentes (100% do R.H. do Projeto)

